



EDITORIAL

Isabel Carvalho Viana ^{1*}

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO MINHO

Carlos Ferreira ²

ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Carlos Manuel Ribeiro da Silva ^{3*}

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO MINHO

Editorial

A escola e as práticas curriculares encontram-se, atualmente, com enormes desafios, resultantes das necessidades sociais de um mundo globalizado, marcado pelos conflitos étnicos, sociais e culturais, pelas crescentes vagas de migrantes que chegam continuamente à Europa em busca de melhores condições de vida, pelo agravamento e pela maior visibilidade das desigualdades económicas e sociais. Tais factos têm levado as instituições nacionais e mundiais a delinear políticas educativas direcionadas para a inclusão, a educação para a cidadania e o cumprimento dos direitos humanos na persecução das práticas pedagógicas nas escolas dos diferentes níveis de ensino. A par destes desafios sociais e económicos, que têm trazido novas exigências para a educação escolar e para as práticas de ensino das escolas, o ano de 2020 foi marcado pelo aparecimento da pandemia da Covid-19. Com ela acentuaram-se as desigualdades económicas e sociais no mundo e a formação de professores, a educação escolar e as práticas curriculares depararam-se com novos desafios decorrentes, nomeadamente da necessidade do recurso à educação e à “aprendizagem a distância”, incrementada na sequência do confinamento social e do fecho das escolas. Por outro lado, a modalidade de “ensino a distância” tem sido entendida como forma de consolidação da utilização das tecnologias da informação e

¹ icviana@ie.uminho.pt – Membro integrado do Centro de Investigação de Estudos da Criança (CIEC).

² caferreira@utad.pt – Membro Integrado do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE).

³ carlos@ie.uminho.pt – Membro integrado do Centro de Investigação de Estudos da Criança (CIEC).

* Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) no âmbito do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança, da Universidade do Minho) com a referência POCI-01-0145-FEDER007562

comunicação digitais nos processos de ensino e de aprendizagem, atribuindo-lhes novas possibilidades e configurações para um papel mais ativo e crítico dos alunos nas aprendizagens.

É com estas problemáticas que o presente número da Revista de Estudos Curriculares está configurado, sendo composto por textos de diferentes autores que neles apresentam as suas investigações e reflexões. Assim, alguns desses textos resultam de um repto para a relação de produções anteriores que pudessem ser (re)equacionadas à luz dos problemas e desafios da condição humana atual, condicionada, mas também despertada e até estimulada, a (con)viver e a (re)inventar-se num ‘estado de emergência’ pautado pela pandemia.

Assim, o primeiro texto, da autoria de César Coll Salvador e de Elena Martín, com o título “Vigencia del debate curricular. Aprendizajes básicos, competencias y estándares”, surge na sequência da intervenção dos autores na “II Reunión del Comité Intergubernamental del Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Chile”, realizada pela UNESCO em 2006. Assumindo a finalidade de reflexão sobre as decisões tomadas no âmbito das reformas curriculares, o texto é iniciado com a apresentação de desafios e tensões curriculares presentes na conceção e na implementação dessas reformas curriculares. Desafios e tensões estas que consistem na função social da educação escolar e da educação básica em particular, na seleção, caracterização e organização das aprendizagens escolares, no papel dos *standards* e das avaliações do rendimento dos alunos e nos processos de reforma e mudança curriculares. É sobre estas tensões e desafios que têm que ser ponderados nas reformas curriculares que os autores se debruçam no texto, com reflexões úteis nos tempos atuais. Em função do repto lançado para que fosse produzida uma reflexão acerca da vigência do interesse do texto publicado em 2006, atente-se nas palavras de Elena Martín Ortega, co-autora do texto citado: “Al releer el artículo que escribí junto con César Coll en 2006, para escribir esta breve introducción, me ha impresionado comprobar hasta qué punto siguen vigentes las grandes preguntas de las reformas curriculares. Y aún más me ha sorprendido que algunas de las respuestas que se daban en este texto puedan, 15 años después, resultar todavía útiles para continuar reflexionando sobre el apasionante desafío de acertar al definir el para qué de la educación escolar.” Com isto podemos estar certos que nada nos afasta, ao longo dos tempos, da incessante procura de uma educação escolar que cumpra os reptos da igualdade de acesso e de sucesso educativo para todos.

A seguir encontra-se o texto de Cândido Varela de Freitas, intitulado “Como o sistema educativo português respondeu à Covid-19: os factos, as respostas e o futuro”. Nele, o autor faz uma referência e análise às várias decisões políticas nacionais e internacionais para a educação escolar e para as práticas curriculares na resposta aos desafios colocados às escolas, aos professores e aos alunos pela pandemia da Covid-19 e pelo consequente confinamento social verificado em Portugal de março a maio de 2020. Conclui a análise referindo que, apesar da falta de meios tecnológicos em alguns alunos para o ensino e a aprendizagem a distância e de alguns professores não terem ainda competências suficientes para a concretização plena daquela

modalidade de ensino, foi iniciada uma mudança de paradigma na educação escolar com a inclusão das ferramentas tecnológicas que possibilitam práticas pedagógicas a distância em articulação com o ensino presencial. Trata-se de um texto que, com o saber e a experiência acumulada do autor, ao longo de uma vida acadêmica e profissional proeminente, nos permite um olhar diferente e original sobre uma realidade recente e com a qual continuamos a vivenciar, num misto de incertezas e conquistas. É, por isso, um campo de intervenção ainda muito por explorar, por indagar, sobretudo, porque a investigação em educação, sendo urgente e necessária, é uma área que precisa de tempo, de profícuas reflexões e aproximações que nos podem indicar caminhos e meios para uma sociedade mais coesa, justa e solidária, algo que a pandemia nos veio alertar que muito ainda há por fazer, no sentido de alcançar tais desígnios. É também nesse sentido que se faz pertinente lembrar a frase do autor que o currículo é “tudo o que a escola intencionalmente proporciona aos alunos visando a sua aprendizagem” (Varela de Freitas, 1995, 1998), nomeadamente os fenómenos que nos surpreendem e nos podem apanhar desprevenidos, como tem sido o caso desta pandemia, o que remete este conceito de currículo como um espaço de ação que inclui a escola, mas pode perfeitamente extravasar as suas fronteiras físicas, remetendo-a, inclusive, para o espaço familiar na nossa casa.

O texto seguinte é da autoria de Domingos Fernandes e tem por título “Avaliação Pedagógica, Currículo e Pedagogia: Contributos para uma Discussão Necessária”. Nele o autor sustenta o princípio de que a avaliação, enquanto processo pedagógico, tem como propósito contribuir para a aprendizagem dos alunos, considerando essa avaliação indissociável do currículo e da pedagogia. Nesse sentido, critica a perspetiva curricular técnica, na qual o professor é visto como aquele que transmite os conteúdos programáticos que são memorizados pelos alunos e a avaliação como processo final realizado para medir a reprodução dos mesmos por parte desses alunos. Como ponto prévio à discussão invocada no texto, o autor defende que o currículo deve resultar de um processo de reconstrução levada a cabo pelo professor no sentido de o ajustar à realidade e às aprendizagens que os alunos têm de fazer, sendo que a avaliação, formativa ou sumativa, tem de proporcionar *feedback* como forma de promover as aprendizagens nos alunos. Por esta razão, defende a necessidade de integração dos processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação.

A seguir, encontra-se o texto de Altino José Martins Filho e de Lourival José Martins Filho, que tem por título “Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência: nas rotinas um tempo acelerado, na vida diária experiências desperdiçadas”. Aqui são apresentados resultados de uma investigação no âmbito das práticas pedagógicas de infância, com a descrição e análise de narrativas de docentes e de práticas pedagógicas na educação pré-escolar do estado de Santa Catarina, Brasil. Tendo sido utilizada na investigação uma metodologia de natureza etnográfica, os resultados obtidos evidenciam que as rotinas diárias (“fazer-fazendo”) que caracterizam as práticas em creches e jardins de infância estudados são regidas por tempos acelerados que não

possibilitam a exploração significativa das experiências vividas pelas crianças e a partilha das mesmas pelos próprios docentes. Isto impede que o ritmo de cada criança seja potenciado para a promoção da sua autonomia e vivência das experiências com outro sentido mais profícuo para as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. É, por isso mesmo, pertinente fazer o “elogio da lentidão” (Maffei, 2018), como expressão de ponderação e sistematização para a devida apropriação e assimilação das aprendizagens que são estruturadoras de um “caminho que se faz caminhando” (“caminante, no hay camino, se hace camino al andar”)⁴.

O penúltimo texto é da autoria de Betânia Leite Ramalho, de Guilherme Mendes Tomaz dos Santos e de Jarbas António da Silva Bezerra, cujo título é “O PROBEC como mediador da aprendizagem social, curricular e do desenvolvimento humano: a educação cidadã em questão”. Neste texto é analisado o “Programa Brasileiro de Educação Cidadã” (PROBEC), do Estado do Rio Grande do Norte, que visa a implementação da educação cidadã em diversos contextos, incluindo o educacional. Este programa conta como parceiras diversas instituições governamentais e de educação do estado nas quais se encontram escolas e concretiza-se por ações, projetos, cursos de formação e materiais didáticos para a promoção da educação para a cidadania. A nível escolar, o referido programa deu origem a um outro projeto intitulado “Programa Adoção Cidadã Escolar e o Material Didático”, no qual foi elaborada a cartilha “A-Z”, que proporciona orientações educativas e curriculares para a educação cidadã nas práticas docentes. Vai neste sentido a iniciativa educativa portuguesa quando decidiu, entre outros movimentos, promulgar os Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, que encerram a ideia de “uma Escola mais inclusiva e democrática” (Trindade & Cosme, 2019, p. 8), assumida de forma explícita na componente curricular de “Cidadania e Desenvolvimento”, que encontra expressão na “Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania” – ENEC (GTEC, 2017).

O último texto é da autoria de Ila Beatriz Maia, com o título “Globalização e Políticas de *Accountability*: dos resultados de um estudo à construção de um projeto de investigação no contexto da avaliação institucional de escolas”. Trata-se de um texto que tem por foco a avaliação externa de escolas enquanto forma de responsabilização e de prestação de contas das escolas realizadas a partir da análise dos referenciais dessa avaliação em Portugal. Parte dos resultados de uma investigação prévia realizada pela autora sobre o envolvimento dos professores na avaliação externa de escolas e sobre as suas perspetivas em relação aos efeitos dessa avaliação nas práticas de inovação curricular. Os resultados nela obtidos, relativos ao envolvimento dos professores na avaliação externa, possibilitaram verificar que esse envolvimento apenas existia quando se aproximava o momento da avaliação externa, com exceção daqueles que faziam parte da equipa de autoavaliação que tinham um envolvimento maior e mais constante. Já em relação

⁴ Estrofe de “Proverbios y cantares” do livro “Campos de Castilla” (1912), do poeta castelhano Antonio Machado.

aos efeitos da dita avaliação nas práticas de inovação curricular, os professores perceberam que a avaliação externa não induzia mudanças nessas práticas. É a partir destes resultados que a autora pretende dar continuidade à investigação através da compreensão dos referenciais da avaliação de escolas utilizados a nível nacional e internacional e no âmbito da globalização e das políticas de *accountability*. Pretende, de igual forma, compreender de que forma os diretores e os professores das escolas perspetivam os ditos referenciais como mecanismos de mudança em torno dos resultados escolares e das práticas de inovação curricular. De facto, percebemos como o conceito de *accountability* é, na atualidade, amplamente reconhecido como um fator estruturante das políticas em geral, nomeadamente da educação e formação e, em concreto, da avaliação institucional de escolas (Seabra, Morgado & Pacheco, 2012; Maia & Pacheco, 2019).

Desejamos que os textos do presente número da Revista de Estudos Curriculares proporcionem agradáveis e profícuas leituras para a reflexão, para a investigação e para a vida profissional dos leitores.

Referências

- GTEC (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (GTEC). Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade / Secretaria de Estado da Educação. (Disponível online em <http://bit.ly/2JenC2a>, consultado em dezembro de 2020).
- Maffei, L. (2018). *Elogio da lentidão*. Lisboa: Edições 70.
- Maia, I. B., & Pacheco, J. A. (2019). *Globalização e políticas de accountability: as perspetivas de professores no contexto da AEE em Portugal*. In Libro de Actas. XV Congreso Internacional Gallego-Portugués de Psicopedagogía. A Coruña: Universidade da Coruña. <http://hdl.handle.net/1822/63145>
- Seabra, F., Morgado, J. C., & Pacheco, J. A. (2012). *Políticas de accountability em Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa / Instituto de Educação (pp. 11). <http://hdl.handle.net/1822/23183>
- Trindade, R., & Ariane, C. (2019). *Cidadania e Desenvolvimento. Propostas e Estratégias de Ação*. Porto: Porto Editora.

Varela de Freitas, C. M. (1995). Caminhos para a Descentralização Curricular. *Colóquio Educação e Sociedade*, 10, 99-118.

Varela de Freitas, C. M. (1997). *Gestão e Avaliação de Projectos nas Escolas*. Cadernos de Organização e Gestão Escolar (n.º 07). Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.